

Quinta, 18/06/2015-nº1293

HOJE ESTAMOS JUNTOS NA LUTA POR REAJUSTE



TODOS FIRMES E UNIDOS NA GREVE!

QUADRO DE GREVE EM SANTA CATARINA

Balneário Camboriú (JT), Blumenau (JF e JT), Brusque, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Indaial (JT), Itajaí (JF e JT), Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville (JF e JT), Lages, Mafra, Palhoça (JT), Rio do Sul, São Miguel do Oeste e Tubarão

Tribunais apoiam reivindicação dos servidores por reajuste



As Administrações em vários estados tem tido posição de respeito e compreensão frente à Greve dos servidores pelo reajuste salarial.

O TRT-Paraná já divulgou nota de apoio ao movimento nacional da categoria. "Em defesa da sustentabilidade do Poder Judiciário da União, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Paraná manifesta apoio ao movimento nacional dos servidores visando à aprovação do PLC 28/2015, que prevê a reposição das perdas salariais", diz trecho do documento assinado pela Desembargadora Ana Carolina Zaina, Vice-Presidente do Tribunal.

Em vários momentos do texto, a Desembargadora cita a valorização profissional dos servidores como aspecto fundamental a ser defendido. "Um Poder Judiciário forte, célere e eficaz somente pode ser construído pela geração presente, para a geração futura, com a permanente valorização de seus profissionais", afirma.

Outra posição importante foi a da Administração do TRT-MG, que se comprometeu a receber, através do Sindicato daquele estado, as denúncias sobre servidores da Justiça do Trabalho impedidos de exercerem o direito de Greve e avaliar caso a caso. Na terça, 16, a presidente do TRT mineiro também assinou portaria estabelecendo "que as horas não trabalhadas por motivo da greve da categoria, em apoio à proposta PLC/28/2015, serão consideradas cumpridas com recuperação dos serviços em atraso, observado como limite máximo para compensação o número de horas efetivamente não trabalhado". Ou seja: não haverá compensação hora a hora, o que tranquiliza os servidores da Justiça do Trabalho de lá e os anima ainda mais para exercerem seu legítimo direito de Greve e de lutar para corrigir a defasagem salarial. Esperamos que essas iniciativas de apoio ao nosso movimento se espalhem Brasil afora e também em Santa Catarina, como já aconteceu na Justiça Federal, que emitiu nota de apoio aos servidores.